

O EXMO. SR. DR. EDUARDO BAHOUT (SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, EM EXERCÍCIO): É com sincera emoção que, neste instante, prestamos homenagem à memória do Ministro **Artur Marinho**, cujo desaparecimento, repentino e recente, o Brasil inteiro lamentou.

Homenagem justa, a que me associo em nome do Ministério Público Federal e em meu próprio. O exercício de suas altas funções habituou-me ao exemplo da retidão e da inteligência, do preparo e do trabalho. O convívio, com que me honrou, revelou-me essa extraordinária fonte de virtudes, que edificam e imortalizam um homem de bem.

Desde os primeiros tempos de sua juventude, logrou firmar-se por sua admirável formação moral e intelectual. Possuindo caráter ímpoluto, dava mostras continua de aguda lucidez de espírito, o qual se aprimorou, com o transcorrer dos tempos.

Bacharelado-se em Ciências e Letras em 1917, e, em 1922, em Ciências Jurídicas e Sociais, **Artur Marinho** doutorou-se em 1934. Concluía, com o brilho, o ciclo de sua formação escolar.

Estes são, de certo, os marcos iniciais de uma existência que se tornou fecunda nos campo do direito, e que todos nós, por fim, aprendemos a venerar como das mais dignas do apreço e da admiração de seus patricios.

Quando, há vinte anos passados, exatamente em 1939, **Artur Marinho** iniciou as suas atividades de magistrado, nesta capital como Juiz Pretor da Oitava Pretoria Criminal já possuía um expressivo índice de serviços prestados à causa pública. O destino o conduzia à sua nobre vocação de magistrado.

Ainda estudante, exercera, com eficiência o cargo de Adjunto da Promotoria Pública do Recife. De 1930 a 1932, desempenhara as funções de Secretário da Justiça de Pernambuco e, numa época em que as paixões estavam exarcebadas, ofereceu, no cenário da vida pública, uma lição de serenidade e de equilíbrio.

Procurador dos Feitos da Fazenda do Estado, livre-Docente de Direito Público Constitucional da Faculdade do Recife e, mais tarde, Juiz Federal em Sergipe, em todas essas múltiplas atividades **Artur Marinho** deixou sempre o traço inconfundível de sua personalidade: cultura a serviço do interesse público e da justiça.

Todavia, suas maiores vitórias revelariam o mestre, incomparável da arte e da ciência de julgar. A caminhada, em ascensão rápida confirmava essa verdade: inicialmente na Oitava Pretoria Criminal depois na 13ª Vara Cível, a seguir na Justiça Eleitoral e no Juízo da Fazenda Pública. Por fim, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e neste colendo Tribunal Federal de Recursos, onde a morte veio

buscá-lo no exercício de sua Presidência – culminância de uma carreira vitoriosa, trajetória brilhante, impondo-se como um grande jurista que honrou sobremodo a magistratura nacional.

Jamais o vimos indeciso nos julgamentos das causas e na distribuição de justiça. Firme em suas opiniões, lúcido em suas análises, sincero em seus julgamentos **Artur Marinho** cumpriu a missão, destacando-se como uma das mais sólidas expressões do grande cenário jurídico.

Jurista, foi viril e coerente: viril, porque nunca soube deixar de lutar por uma tese que lhe parecesse acertada; coerente, porque nunca soube decidir hipóteses idênticas com critérios diferentes.

Suas conclusões jurídicas sempre se mostraram conclusões puramente técnicas, pois que resultantes de um raciocínio exaustivo, como se em jogo a demonstração de um teorema. Por isso mesmo, deixava à margem todos aqueles fatores que não tivessem relevo para atingir a resultante desejada. Exigia dos ouvintes atenção, porque se não a tivessem perderiam contato com a demonstração que fazia dos dados lógicos, com que, partindo do abstrato, chegaria a adequada solução do caso concreto.

Pessoalmente, **Artur Marinho** era simples e leal, franco e afetivo. Toda a vivência de um coração bem formado: tinha o dom de fazer-se, a um só tempo, querido e admirado. De seu trato fidalgo de sua cordialidade e de sua fidelidade de sentimento, guardo a melhor das recordações: uma amizade que me honrará por toda minha existência.

O Iar ocupava lugar sagrado em sua vida: dividia, com sua idolatrada companheira, os momentos de satisfação, e tinha a certeza de que das suas dificuldades também participava Dona Rosinha.

Em certa oportunidade – lembro-me bem – contente de ter encontrado o equilíbrio financeiro de sua vida, mostrou-me com satisfação, um título que havia pouco resgatara. A alegria que se refletia naquele rosto generoso e amigo tinha significado duplo: o de haver resgatado um título, que fora avalizado por Dona Rosinha, a companheira dedicada de todas as horas, parte integrante de sua vida atribulada motivo de suas melhores emoções, estímulo de seus triunfos e de sua dedicação ao trabalho e à cultura.

Pouco me foi dado dizer de quem tanto mereceu de minha admiração. Sinto-o presente nesta augusta sala, como vivo no meu coração. Minhas lágrimas ainda escorrem, apenas me vem à lembrança o Mestre amigo.

Longe de proferir um discurso, enveredei por uma singela página de saudade.

Ao afeto pessoal, junto o dever ora cumprido, de associar o Ministério Público às justas homenagens a um brasileiro ilustre. À sua memória honrada, o meu respeito e a minha reverência.